



SUMÁRIO

CAPÍTULO I	19
1. O Drama da Prisão Cautelar	19
2. Finalidades e Legitimação da Prisão Cautelar no Curso da História	22
3. A Lógica do Sofrimento	25
4. A Necessária Ponderação sobre os Malefícios da Prisão	29
CAPÍTULO II	35
1. A Seletividade do Sistema Punitivo e, em Especial, da Prisão Cautelar	35
CAPÍTULO III	45
1. Breve Escorço Histórico da Prisão Cautelar no Brasil	45
2. O Sistema Cautelar Anterior ao Código de 1941	47
3. O Processo Penal da Era Vargas	49
4. A Progressiva Flexibilização do Código de 1941	50
5. O Tratamento Jurídico Atual	52
6. As Revogadas Prisões Decorrentes da Decisão de Pronúncia e da Sentença Condenatória Recorrível	58

CAPÍTULO IV.....	69
1. Dos Princípios que Interferem no Tema.....	69
1.1. <i>Favor Rei</i>	69
1.2. Dignidade da Pessoa Humana.....	71
1.3. Presunção de Não Culpabilidade	80
1.4. Proteção Penal Eficiente.....	98
1.5. Excepcionalidade.....	108
1.6. Legalidade e Jurisdicionalidade	112
1.7. Provisoriedade	117
1.8. Motivação	120
1.9. Proporcionalidade.....	132
1.9.1. Adequação ou Idoneidade.....	136
1.9.2. Necessidade ou Subsidiariedade	137
1.9.3. Proporcionalidade em Sentido Estrito	139
1.10. Duração Razoável da Prisão	147
1.10.1. Excesso de prazo no inquérito policial.....	163
1.11. Iniciativa de Parte.....	167
2. Bilateralidade de Audiência (Contraditório).....	187
 CAPÍTULO V	 193
1. As Medidas Alternativas como Aplicação da Subsidiariedade Processual Penal.....	193
2. A Abandonada Bipolaridade Cautelar do Sistema Brasileiro	196
3. A mudança do sistema cautelar em 2011.....	197
4. A Mudança de Paradigma	205
5. A positivação das medidas protetivas de urgência no CPP.....	214
 CAPÍTULO VI.....	 217
1. Das Medidas Cautelares	217
1.1. Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades.....	220

1.2. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações	221
1.3. Proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante	222
1.4. Proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução	228
1.5. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos	230
1.6. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais	234
1.7. Internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (artigo 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração	236
1.8. Fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento aos atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial	238
1.8.1. Críticas à Nova Configuração da Fiança	240
1.9. Monitoração eletrônica	244
2. Fundamentação das Cautelares Alternativas	247
3. Finalidades das Cautelares Alternativas	248
4. Prazo de Duração das Cautelares	253
CAPÍTULO VII	259
1. Outras Medidas Cautelares Alternativas à Prisão	259
2. Uso de Medidas Alternativas não Previstas na Legislação (Poder Geral de Cautela)	261

CAPÍTULO VIII	269
1. Da Prisão Preventiva e da Prisão Temporária.....	269
2. Requisitos comuns às prisões cautelares	269
3. Da Prisão Temporária	273
3.1. Cabimento.....	274
3.1.1. ADI 3360	276
3.2. Prazo	277
3.3. Outras Questões da Lei da Prisão Temporária.....	281
4. Da Prisão Preventiva.....	283
4.1. Cabimento.....	284
4.2. Motivos, requisitos, fundamentos ou circunstâncias autoriza- doras	288
4.2.1. A validade da Prisão Preventiva para Garantia da Ordem Pública	292
CAPÍTULO IX	309
1. Oscilações do STF quanto à execução da pena antes do trânsito em julgado da condenação	309
1.1. O Entendimento Original do STF.....	309
1.2. Novo <i>Overruling</i>	314
2. Breve resumo dos votos	317
3. Análise do HC 126.292/SP.....	324
4. A incerteza sobre o tema.....	327
5. A reviravolta do STF	330
CAPÍTULO X.....	333
1. Audiências de Custódia	333
2. A Resolução nº 213 de 15/12/2015, Conselho Nacional de Jus- tiça.....	337
3. Prazo de Apresentação do Preso	338
4. Finalidades da Audiência de Custódia.....	343

4.1. Controle de legalidade da prisão	343
4.1.1. Respeito à integridade física e moral do preso	344
4.2. Exame da necessidade de medida cautelar	347
5. Rito da Audiência	349
CAPÍTULO XI	357
1. A Reforma	357
2. A valorização principiológica	363
2.1. Princípio acusatório	363
2.1.1. Divisão funcional de competências (juiz de garantias e juiz de instrução e julgamento)	367
2.1.2. Vedação a iniciativas acusatórias (princípio da inércia da jurisdição)	371
2.1.3. Reforço na possibilidade de contraditório	373
3. Ênfase na motivação das decisões cautelares	375
3.1. Vícios de fundamentação	376
3.1.1. Decisão que se limita à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida	377
3.1.2. Decisão que emprega conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso	378
3.1.3. Decisão que invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão	378
3.1.4. Decisão que não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador	380
3.1.5. Decisão que se limita a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos	382
3.1.6. Decisão que deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento ...	384

3.2. Perigo da liberdade, fatos novos e contemporaneidade.....	389
4. Periódica reavaliação da medida cautelar.....	393
5. A falta de identidade da nova lei.....	397
5.1. Liberdade vedada.....	398
5.2. Execução imediata da pena no Tribunal do Júri.....	399
6. Outras alterações nas medidas cautelares pessoais.....	402
6.1. Audiências de custódia.....	403
6.2. Controle da duração do inquérito policial.....	405
6.3. Respeito à imagem e à dignidade do preso.....	406
7. A Lei nº 15.272/2025 e seus reflexos na prisão e demais medidas cautelares.....	407
Posfácio.....	413
I. O sistema punitivo no Brasil.....	414
II. Do autoritarismo à construção de um processo penal garantista e eficiente.....	416
III. O autor, o livro e suas circunstâncias.....	418
IV. Conclusão.....	420
Referências Bibliográficas.....	421